

## O TERRITÓRIO BRASILEIRO É MAIS RURAL DO QUE OFICIALMENTE DIVULGA-SE

### THE BRAZILIAN TERRITORY IS MOST RURAL THAN IS OFFICIALLY DIVULGATED

José Roberto Henrique Souza Soares

[roberto.henriquesoares@ufpe.br](mailto:roberto.henriquesoares@ufpe.br)

Universidade Federal de Pernambuco  
Recife – Pernambuco - Brasil

Submetido em 17 de julho de 2021

Aceito em 27 de agosto de 2021

#### Resumo

Os espaços rurais brasileiros são áreas socialmente vulneráveis, que caracterizam-se pela baixa densidade demográfica, no entanto, constituem-se como as maiores áreas territoriais do país. A estratégia de classificação mais divulgada no Brasil considera apenas a demografia como indicador do tipo espacial, considerando o país como urbanizado. Este estudo busca elucidar teórico e metodologicamente como os dados estatísticos utilizados atualmente para classificar a situação de espaço consideram unicamente a variável demográfica, trazendo ao debate outras formas de definição espacial já adotadas em outros países. Do ponto de vista metodológico trata-se de um estudo de caso, que visa analisar a classificação da situação dos espaços no Brasil, através de uma abordagem qualitativa. Ao distinguir as estratégias de classificação dos espaços considerando os aspectos demográficos e/ou territoriais é perceptível que o território brasileiro é mais rural do que urbano. Assim, discute-se como a valorização de apenas uma variável influência na manutenção dos padrões de vida nos espaços rurais brasileiros e demonstra como outras tipologias ajudam a caracterizar de maneira mais condizente com a realidade os espaços rurais do país. A classificação destes espaços, em rurais ou urbanos, é uma discussão pertinente que possibilita a visibilidade dos problemas da população rural brasileira.

**Palavras-chave:** Ruralidade; Classificação Espacial; Rural; Urbano; Brasil.

#### Abstract

The Brazilian rural spaces are vulnerable socially areas, characterized by low demographic density; however, they constitute the largest territorial areas in the country. The most adopted classification strategy in Brazil considers only the demography to define this country as a

remarkable urbanization space. This study seeks to elucidate theoretically and methodologically how the statistical data currently used to classify the situation of each space consider only the demographic variable, bringing to the debate other forms of classification adopted in other countries. From the methodological point of view this is a case study, which aims to analyze the classification of the situation of spaces in Brazil, through a qualitative approach. When distinguishing the space classification strategies considering demographic and/or territorial aspects, it is noticeable that the Brazilian territory is more rural than urban. Thus, it is discussed how the valuation of only one variable influences the maintenance of living standards in Brazilian rural spaces and demonstrates how other typologies help to characterize more in line with reality. The classification of these spaces, in rural or urban, is a pertinent discussion that allows the visibility of the problems of the Brazilian rural population.

**Keywords:** Rurality; Spatial classification; Rural; Urban; Brazil.

## Introdução

Os territórios rurais brasileiros são complexos espaciais concebidos, muitas vezes, como áreas ligadas ao atraso e à falta de desenvolvimento socioeconômico, devido ao intenso processo de urbanização. São territórios representados por diferentes modos de vida, desde o campesino ao novo rural, destacando-se nesse sentido, as necessidades socioeconômicas que divergem de acordo com o tipo de espaço ocupado pelos indivíduos. Os espaços rurais brasileiros são áreas organizadas territorialmente dentro dos limites municipais e comportam a menor parcela do contingente populacional do país. Nesse sentido, é papel dos municípios enquanto entes federados autônomos, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988 (CF – 1988), garantir as condições básicas de sobrevivência da população nestes territórios, assegurando-lhes serviços de educação, saúde, segurança, moradia e alimentação.

A classificação de espaço adotada durante os últimos censos demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) se basearam numa metodologia que considera unicamente os aspectos demográficos para determinar os espaços em urbanos ou rurais. Foi esta concepção centrada na perspectiva demográfica que difundiu a ideia de que o Brasil seria um país predominantemente urbano. No entanto, do ponto de vista territorial e partindo da realidade empírica das várias regiões do Brasil, este país pode ser considerado apenas urbanizado? Somente o levantamento demográfico é capaz de definir as características de cada espaço, determinando que o Brasil seria um país mais urbanizado do que rural?

A contradição existente na definição de situação dos espaços no Brasil se mostra como um dos empecilhos que a população rural enfrenta, contribuindo para a invisibilidade destas populações no cenário nacional. Assim, faz-se necessário elucidar teórico e metodologicamente como as classificações utilizadas por muito tempo nos censos demográficos consideraram unicamente a variável demográfica, trazendo luz a algumas outras classificações adotadas por países diferentes.

Metodologicamente este trabalho caracteriza-se como um estudo de caso, que visa analisar a classificação da situação dos espaços no Brasil. De natureza aplicada e abordagem qualitativa, é utilizado como recurso metodológico a revisão bibliográfica e documental acerca do problema analisado e o levantamento de dados em bases específicas de divulgação. Neste sentido, utilizaram-se documentos, livros e artigos científicos indexados em bases de consulta livre, dos quais foram selecionados os que discutem a forma de identificação espacial adotada atualmente no Brasil e em outros países.

Na primeira parte deste texto, apresenta-se uma breve contextualização da perspectiva rural brasileira, destacando as transformações socioeconômicas ocorridas no Brasil e no mundo capazes de alterar a conjuntura dos espaços rurais, com seus modos de vida característicos. Posteriormente são descritas as diversas formas que a ruralidade brasileira apresentou ao longo dos séculos, resultando no modo de classificação destes espaços na atualidade. Na segunda parte o texto apresenta a concepção de espaço rural utilizada atualmente no Brasil, descrevendo alguns estudos que corroboram com a perspectiva de aproximação destes espaços e contribuem para uma classificação espacial mais adequada a realidade rural brasileira.

### **O Brasil rural: uma breve contextualização**

As transformações socioespaciais vivenciadas por todo mundo durante meados do século XIX provocaram mudanças estruturais que alteraram as formas de adaptação dos seres humanos no espaço terrestre, resultando no modo de organização espacial das populações atualmente. Esse processo ocorreu como resultado da revolução industrial, provocando a metamorfose dos lugares que antes apresentavam características rurais através do desenvolvimento e crescimento

industrial, passando assim, a organizarem-se de maneira urbana (LEFBVRE, 1999).

No Brasil, Rossini (2017) destaca que o processo de industrialização emergente intensificou a urbanização, principalmente pela oportunidade que a população vislumbrou de assalariamento e residência em espaços urbanos, com todos os direitos que as cidades demonstravam garantir. Com relação a estrutura econômica brasileira, a autora ainda corrobora que “de centro dinâmico da economia, a agricultura começou a desempenhar um papel completamente diferente durante a década de 30, subordinando-se gradativamente à indústria nacional.” (ROSSINI, 2017. p. 135). Neste cenário, vislumbrasse uma nova característica dos espaços rurais brasileiros, marcados pela presença das emigrações, pelo uso de suplementos industriais na produção agropecuária brasileira e por meio da substituição das atividades extrativistas pelos serviços ligados ao terceiro setor econômico (LAUBSTEIN, 2011).

Os espaços rurais brasileiros são áreas socialmente vulneráveis, que apresentam menor densidade demográfica, mas, no entanto, somam as maiores áreas territoriais do país. “O Brasil é bem mais rural do que oficialmente se calcula, pois a essa dimensão pertencem 80% dos municípios e 30% da população” (VEIGA, 2004. p.12). Não é suficiente considerar a definição do urbano brasileiro, leia-se: sedes municipais, de distritos e aglomerados específicos definidos em lei, sem se levar em conta as características estruturais e funcionais desses espaços.

Na perspectiva de Veiga (2006) o espaço rural pode ser compreendido a partir de três hipóteses. A primeira, difundida pelos estudos de Lefbvre e que ganhou grande repercussão na geografia urbana brasileira compreende a completa urbanização dos espaços (FAVARETO, 2005). “No âmbito da geografia, desde os anos 1960 do século passado, ocorreu uma ruptura metodológica entre estudos urbanos e rurais, dificultando a apreensão conjunta do rural e do urbano *brasileiro*” (BITOUN, 2016 p. 154. Grifos nossos). A dissociação entre estas duas configurações do espaço ocasionou o abandono por parte de muitos geógrafos dos estudos de base rural, em detrimento das investigações que compreendem o território urbano como sinônimo do espaço idealizado, lucrativo e superior. Tal concepção, ilusória, acredita que o desenvolvimento urbano (industrial) provocaria a uniformização das áreas, diluindo definitivamente os territórios rurais.

Em contrapartida, a segunda hipótese indica o renascimento do rural, através do ressurgimento de concepções e atividades econômicas diversificadas capazes de dinamizar os espaços rurais garantindo sua permanência. A terceira hipótese indica que “o mais completo triunfo da urbanidade engendra a valorização da ruralidade que não está renascendo, mas sim nascendo, *com novas formas*” (VEIGA, 2006. p. 334. Grifos nossos). Através de novas concepções, especialmente os serviços que atraem rendas geradas pela produtividade de outros lugares, a concepção de ruralidade se alterou ao longo dos anos.

Para Menezes Neto (2017), essa transformação ocorreu devido ao aumento da preocupação com a conservação do patrimônio natural, bem como pela intensificação de outras atividades econômicas e outros interesses sociais no meio rural, além da prática agrícola e da produção de alimentos. Essa nova realidade se dá através do uso de tecnologias avançadas na produção agrícola, de atividades ligadas ao setor terciário da economia, bem como pela valorização da especulação imobiliária, através do fenômeno do rururbano (SANTOS, 2014).

Em um estudo de matriz inovadora, que busca diminuir o distanciamento conceitual entre os espaços rurais e urbanos, o IBGE (2017) destaca que com relação ao espaço rural atualmente são observadas práticas de atividades não agrícolas, como a mecanização, a intensificação da pluriatividade, a valorização da biodiversidade, a expansão do setor terciário e a intensificação de fluxos materiais e imateriais na caracterização e maior compreensão das dinâmicas territoriais marcantes destes espaços. Nessa publicação o IBGE busca classificar os municípios em predominantemente rurais, intermediários, predominantemente urbanos e intermediários ou rurais remotos

O rural assim, é compreendido de acordo com a concepção defendida por Araújo e Bezerra (2017) na qual prevalece o debate conceitual que nega-o como espaço apenas agricultável, fonte de renda e comércio. Veiga (2004) apresenta que no debate científico internacional há muito tempo foi superado o equívoco de se identificar a agropecuária com o rural. Diante dos fenômenos de pluriatividade e da intensificação de atividades não ligadas ao setor primário da economia, surgiu uma nova forma de compreensão dos espaços rurais, denominada de “nova economia rural” (VEIGA, 2004. p. 2).

Assumindo um aporte sociocultural, com base em Wanderley e Favaretto (2013), este espaço não pode ser visto como uma categoria a-histórica, uma vez que detêm direta correspondência com a trajetória de formação social brasileira. O rural brasileiro conserva heterogeneidade marcante, a qual se manifesta desde as diferentes escalas dos subespaços nacionais até as formas predominantes de propriedade de terra e de organização econômica e social. Diante do esvaziamento institucional que predomina nestas áreas, os autores, destacam a importância da elaboração e aplicação de uma referência regulamentar para estes espaços, assim como existe o estatuto das cidades para os espaços urbanos.

### **Novos olhares sobre as ruralidades brasileiras**

O Brasil representado pelos dados censitários do IBGE nos últimos anos aponta de acordo com Veiga (2001), para o mito da avassaladora urbanização brasileira. Grisa, Kato e Zimmermann (2017) destacam que o percentual de urbanização brasileira alcançou o patamar de 84,4% em 2010. Do ponto de vista regional, as macrorregiões brasileiras mais urbanizadas são, respectivamente, Sudeste (92,9%), Centro Oeste (88,8%), Sul (84,9%), Norte (73,1%) e Nordeste (73,1%), conforme o censo demográfico de 2010, realizado pelo IBGE.

A veracidade destes altos níveis de urbanização é questionada por vários autores considerando o método utilizado para a classificação dos espaços no censo demográfico do IBGE. Dissertando sobre o assunto, Bezerra e Bacelar (2013) observam que este método resulta de uma postura e compreensão da política brasileira do início da década de 1940. Desde esse período, as áreas rurais do Brasil são definidas por oposição e exclusão às áreas consideradas urbanas. Para Veiga (2001) o rural brasileiro se apresenta como algo residual, sem relevância considerável, como uma categoria a-histórica, sinônimo de atraso e contrário ao desenvolvimento.

A superestimação urbana está relacionada à metodologia usada pelo IBGE para identificar o urbano e o rural. Essa metodologia vincula-se ao Decreto-lei nº. 311 de 1938 que dispõe sobre a divisão territorial do país. Segundo esta legislação, as sedes municipais e distritais compõem o perímetro urbano, sendo

seus limites geográficos atribuições de prefeituras e câmaras municipais a partir de decisões políticas. O rural, por sua vez, fica definido por exclusão, sendo a área que sobra, uma vez definida a área urbana. (GRISA; KATO; ZIMMERMANN; 2017. p. 338)

Como responsabilidade dos municípios, a estratégia de arrecadação de impostos contribui ainda mais para o agravamento da definição do que é considerado rural e urbano no país. Segundo o Código Tributário Nacional (CTN) (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), que regulamenta a prática até os dias atuais, os impostos municipais são arrecadados nas áreas urbanas e os das áreas rurais de responsabilidade da União. Para Wanderley e Favareto (2013) esta definição do CTN estimula os municípios a aumentar artificialmente suas áreas urbanas, objetivando vantagens na arrecadação por tributação territorial através das zonas de expansão urbana, que na prática constituem-se como espaços com características rurais próximos das áreas urbanizadas.

Diversas organizações e países utilizam classificações próprias e opostas às utilizadas no Brasil durante o último censo demográfico. Delgado et al (2013) desenvolveram uma análise comparativa entre as concepções de ruralidades e tipologias que caracterizam os espaços rurais na América Latina e Europa. Neste estudo, os autores destacaram as concepções desenvolvidas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), pela União Europeia (UE), pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), no Centro Latino-Americano para o Desenvolvimento Rural (RIMISP), no Banco Mundial e pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Essas organizações internacionais desenvolveram metodologias que influenciaram na construção de tipologias e ajudaram na definição do que é rural, bem como, na sua aplicação com relação a formulação de políticas públicas de desenvolvimento rural.

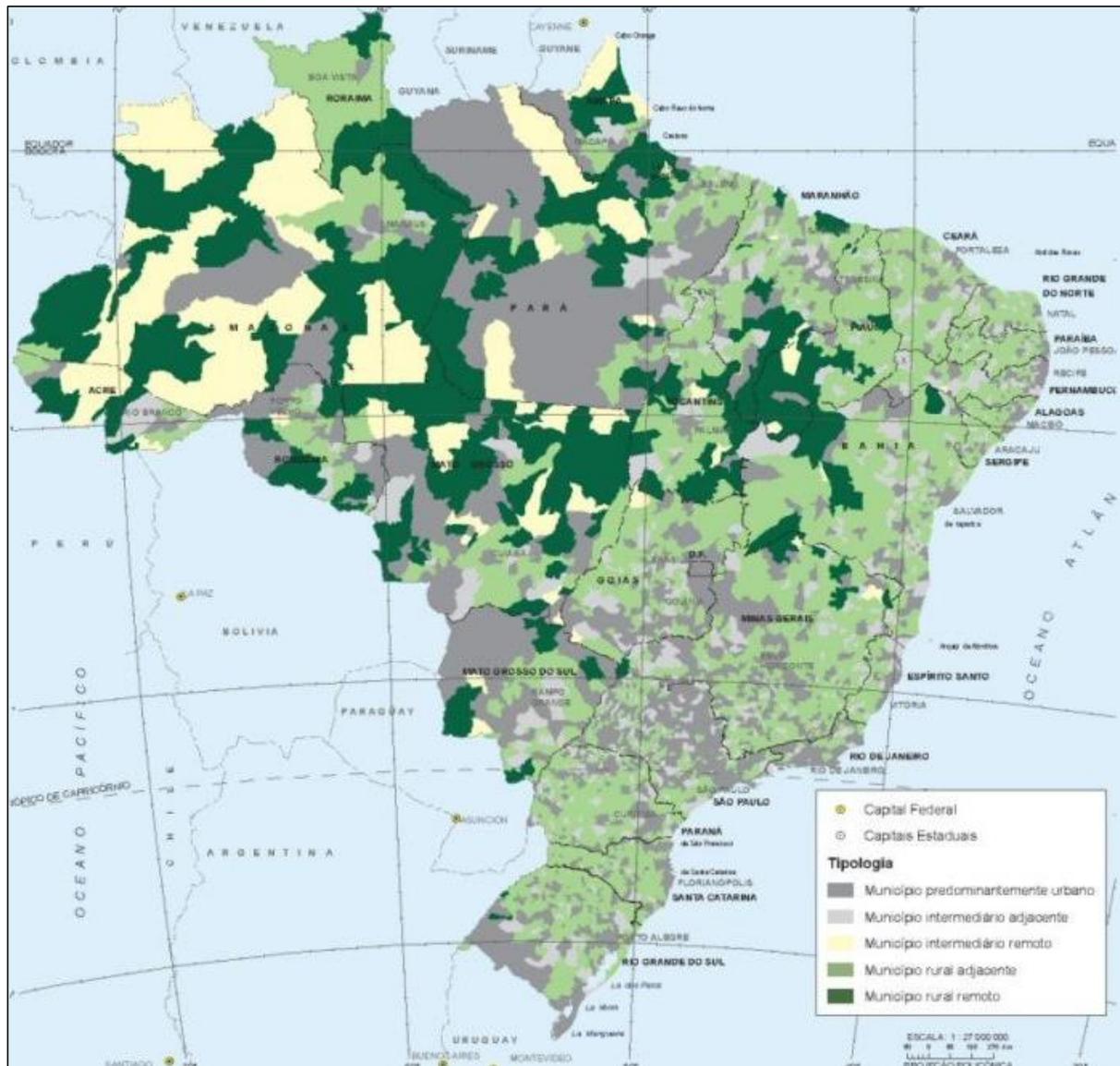
No Canadá e nos Estados Unidos, de acordo com Pessoa, Almeida e Carneiro (2018), embora considerem-se o rural como um subproduto ou resíduo do urbano, como no Brasil, a tendência apresentada nas últimas décadas é pela busca de alternativas não dicotômicas e reducionistas através de classificações mais refinadas, como as tipologias estudadas por Delgado et al. (2013). Estas tipologias garantem a perspectiva descrita por Veiga (2001), acerca do

surgimento de uma nova ruralidade, totalmente diferente das práticas já observadas anteriormente.

Na tentativa de superar as contradições presentes na forma de classificação dos espaços brasileiros, o IBGE (2017) elaborou um estudo que busca superar a visão dicotômica, entre rural e urbano, inserindo o isolamento relativo de territórios como uma dimensão essencial para definir as condições de implementação das políticas públicas. Trata-se de uma primeira aproximação, que já foi incorporada na concepção do Programa Médicos pelo Brasil do Ministério da Saúde. E de fato, é uma base importante para diferenciar espaços com base na densidade territorial.

Neste estudo as áreas de ocupação densa foram definidas como células de 1 km<sup>2</sup> que apresentam mais de 300 habitantes e cuja soma com as oito células contíguas apresenta um valor maior ou igual a 3 000 habitantes. Para realizar a soma, o IBGE (2017) considera oito quadrículas como vizinhas, as superiores, inferiores e diagonais. Em seguida estabelece-se uma combinação entre totais de população, correlacionando com as áreas de ocupação densa e proporções da população em áreas em situação rural para classificar os municípios como: Rurais, Intermediários e Predominantemente Urbanos (Figura 1).

Figura 1 - Tipologia municipal rural-urbano elaborada pelo IBGE (2017)



Fonte: IBGE (2017).

Conforme ilustrado na Figura 1, os Municípios em Unidades Populacionais (UP) isolados ou Arranjos Populacionais com população em áreas de ocupação densa menor que 3 000 habitantes, são classificados como Predominantemente Rurais. Nas UP que possuíam mais de 50 000 habitantes em áreas de ocupação densa ou que faziam parte de concentrações urbanas

(unidades populacionais com 100 mil habitantes e mais) os municípios foram classificados como Predominantemente Urbanos.

Já os Municípios em UP que possuem entre 3 000 e 10 000 habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização inferior a 75% foram classificados como Predominantemente Rurais. Quando o grau de urbanização for superior a 75% os espaços foram classificados como Intermediários. Por outro lado, os municípios que possuem entre 10 000 e 25 000 habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização inferior a 50%, foram classificados como Predominantemente Rurais. Os municípios em que o grau de urbanização atinja a média entre 50% e 75% foram classificados como Intermediários, e os que apresentaram mais de 75% foram denominados de Predominantemente Urbanos.

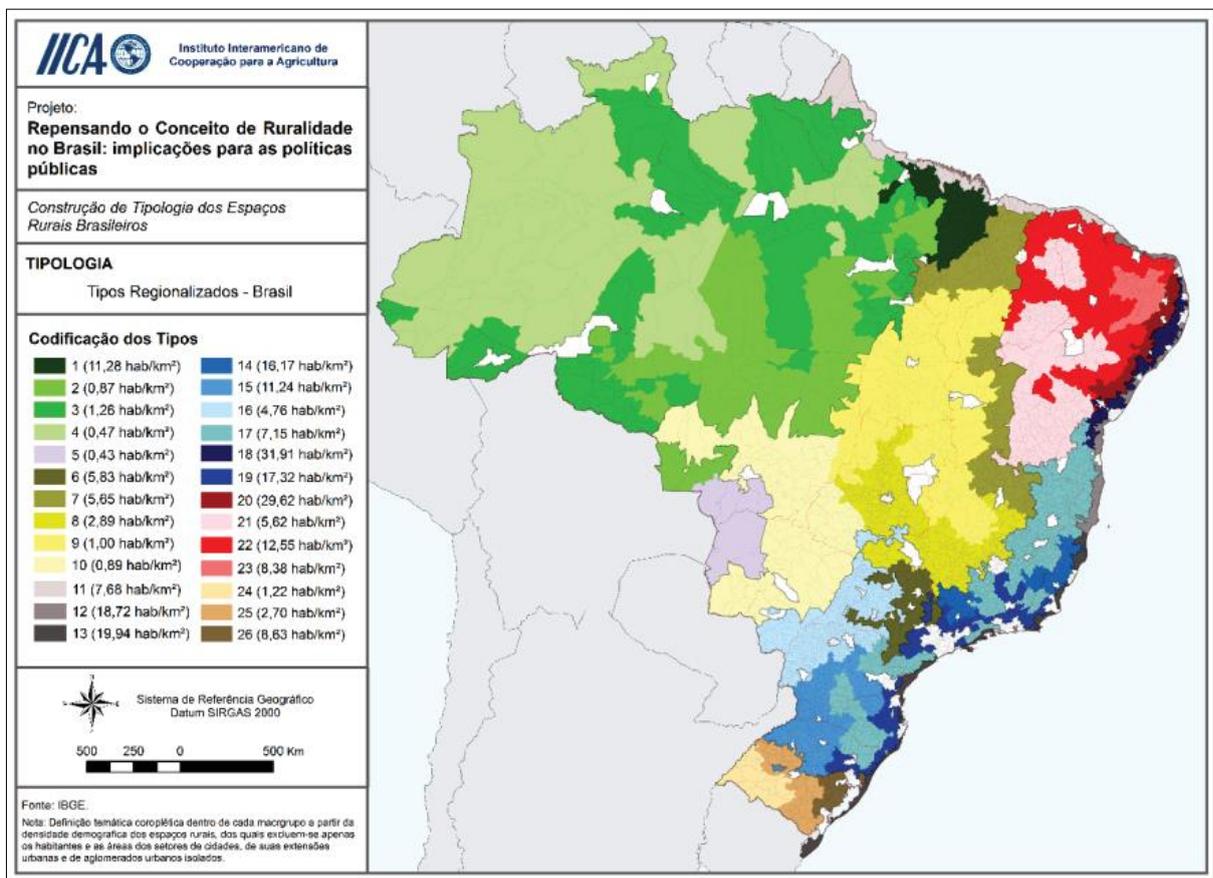
Os Municípios em UP que possuem entre 25 000 e 50 000 habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização inferior a 25% foram classificados como Predominantemente Rurais. Os que apresentaram grau de urbanização entre 25% e 50% foram classificados intermediários e, se forem acima de 50% foram chamados de Predominantemente Urbanos. Já os municípios Rurais e Intermediários que estão a uma distância relativa acima da média nacional, simultaneamente, em relação a maiores hierarquias das Regiões de Influência das Cidades (REGIC) mais próximas (metrópole, capital regional, centro sub-regional) foram classificados como Rurais Remotos.

No mesmo ano de 2017 foi publicado outro estudo que visa destacar as formas de classificação dos espaços brasileiros através do Projeto Repensando o conceito de ruralidade no Brasil: implicações para as políticas públicas. Este projeto foi patrocinado por diversas instituições federais, sob liderança do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e realizado sob a coordenação do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Com o objetivo de contribuir para a ampliação do debate sobre o lugar e a importância dos espaços rurais, no mundo e, particularmente, no Brasil atual.

No âmbito deste projeto e com base nas experiências das organizações internacionais citadas anteriormente, Bitoun et al. (2017) desenvolveram uma Tipologia Regionalizada dos Espaços Rurais Brasileiros. Esse estudo acerca da classificação dos espaços rurais brasileiros foi

elaborado almejando ser uma ferramenta para subsidiar o aprimoramento de políticas territoriais de desenvolvimento, levando em conta a diversidade do território nacional e partindo das bases naturais que estruturam e interferem na concepção dos espaços rurais, por meio da divisão regional dos biomas brasileiros (Figura 2).

Figura 2 – Tipos Regionalizados de Espaços Rurais do Brasil



Fonte: Bitoun et al (2017). p. 90

Na figura 2, observa-se como Bitoun et al. (2017) elaboraram a tipologia regionalizada dos espaços rurais brasileiros, destacando em cores os biomas (verde: Amazônia e parte noroeste do Pantanal; amarelo/ocre: Cerrado; vermelho/rosa: Caatinga; marrom: Pampa; Azul: Mata Atlântica; cinza: Linha de Costa; cinza claro: Pantanal) e as tonalidades mais ou menos intensas

em cada bioma, representam as densidades populacionais nas áreas rurais. Esta tipologia serve como um suporte para que se possa contrastar os dados divulgados como oficiais acerca dos espaços rurais que existem no Brasil atualmente. O método adotado não considera unicamente o espaço rural como resíduo das áreas urbanas, mas valoriza aspectos próprios da realidade rural: a densidade demográfica e as condições físico-naturais do espaço, que são também utilizados como forma de classificação dos espaços pelas organizações internacionais.

Na concepção de Menezes Neto (2017), existe uma diversidade de ruralidades brasileiras, como bem demonstrado pelo estudo elaborado por Bitoun et al. (2017). Não existe apenas um meio agrícola, mas distintas realidades do ponto de vista fundiário, econômico e social. Pode-se sugerir, então, que existem diversos “Brasis” rurais, em que devido a diversidade sociocultural e econômica deste país, cada região desenvolveu condições de manutenção da vida com características específicas da história e natureza de cada território. Assim, é insuficiente determinar que as áreas rurais se constituem apenas como um espaço residual ao urbano, estas se concretizam também como territórios de disputas, conflitos, resistências e sobretudo de permanência da população que se identificam socio culturalmente com as condições de vida destes espaços.

Para Pessoa, Almeida e Carneiro (2018) o território rural brasileiro transformou-se em vistas da adaptação ao novo modelo neoextrativista voltado para o agronegócio. Rigotto et al. (2012), observam que a reorganização econômica do país na última década ainda priorizou alguns empreendimentos que modificaram os territórios rurais, como a construção de barragens e hidrelétricas em regiões de floresta ou áreas ocupadas por comunidades tradicionais. Essas transformações espaciais ocorrem permeadas por conflitos pela terra e água entre o Estado, o capital e as populações rurais, acarretando mortes, violência, contaminação ambiental e riscos à saúde humana. Desta forma, alteraram-se o modo de produção rural, provocando mudanças significativas na demografia, nas condições de trabalho, de moradia e insuficiência no acesso às políticas públicas.

## Considerações finais

Os espaços rurais brasileiros são áreas socialmente vulneráveis, que caracterizam-se pela baixa densidade demográfica, no entanto, constituem-se como as maiores áreas territoriais do país. A difusão da ideia de que o Brasil é um país urbanizado, sustentada pelos censos demográficos é uma estratégia política utilizada para camuflar a falta de políticas e estratégias específicas voltadas para as populações que (r)existem nos imensos territórios com características rurais do país. A concepção de que a ruralidade é um estágio a ser superado pela urbanização também se constitui como uma falácia que tende a minimizar a importância das atividades socioeconômicas e territoriais desenvolvidas pelas populações rurais.

Um avanço considerável na aproximação da classificação dos espaços à realidade empírica da população são os estudos realizados pelo IBGE que geraram a classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil. Esta primeira aproximação à realidade espacial brasileira configura-se como um elemento importante para basear os próximos levantamentos estatísticos que buscam organizar do ponto de vista territorial as condições espaciais brasileiras considerando os níveis e padrões dos espaços rurais e urbanos do país.

Por sua vez, o estudo elaborado no contexto do projeto “Repensando o conceito de ruralidade no Brasil: implicações para as políticas públicas”, auxilia na compreensão dos diversos espaços rurais que constituem o Brasil. Dependendo das condições morfoclimáticas de cada lugar a população tende a adaptar-se, produzindo os elementos necessários para alcançar a rentabilidade econômica. Uma tipologia regionalizada dos espaços rurais auxilia nos estudos que buscam aprofundar as interrelações de (r)existência da população habitante nos espaços rurais.

A contrariedade entre os espaços rurais e urbanos, é uma disputa epistemológica e política que corrobora diretamente nas condições de sobrevivência das populações no campo, na floresta e nas águas brasileiras. Estes espaços apresentam especificidades próprias que os distinguem a partir das necessidades que a população enfrenta para acessar a rede de serviços básicos de saúde, educação, segurança e alimentação. Portanto, faz-se necessária uma articulação maior entre estes dois territórios, bem como, a elaboração de políticas e legislação própria que garantam a permanência e os direitos das populações rurais brasileiras.

## Referências

ARAÚJO, T. B.; BEZERRA, M. L. Introdução. In: MIRANDA, C.(org.) **Tipologia Regionalizada dos Espaços Rurais Brasileiros: implicações no marco jurídico e nas políticas públicas**. Brasília: IICA, 2017 (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v. 22). pp. 29-36.

BEZERRA, M. L.; BACELAR, T. Introdução: as concepções contemporâneas de ruralidade e suas singularidades no Brasil. In: MIRANDA, C.; SILVA, H. (org.) **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras**. Brasília: IICA, 2013. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.21). pp. 35-76

BITOUN, J. Ruralidades brasileiras e diversidades socioterritoriais: diálogos com a Geografia. In: CONSERVA, M. S (org.) **Multiterritorialidades e os desafios da proteção social no Brasil e na Europa**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2016. pp. 144-161.

BITOUN, J., MIRANDA, L. I. B. D., SOARES, F. R. G., LYRA, M. R. S. D. B., & CAVALCANTI, J. S Tipologia Regionalizada dos Espaços Rurais Brasileiros. In: MIRANDA, C.(org.) **Tipologia Regionalizada dos Espaços Rurais Brasileiros: implicações no marco jurídico e nas políticas públicas**. Brasília: IICA, 2017 (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v. 22). pp. 37-236.

DELGADO, N. et al. Concepções de Ruralidade e Políticas Públicas na América Latina e na Europa: análise comparativa de países selecionados. In: MIRANDA, C.; SILVA, H. (org.) **Concepções de ruralidades contemporâneas: as singularidades brasileiras**. Brasília: IICA, p. 149-210, 2013.

FAVARETO, A. SERIA A GEOGRAFIA MAIS URBANA DO QUE SE CALCULA? **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, n. 18, p. 189-194, 2005.

GRISA, C.; KATO, K. Y. M.; ZIMMERMANN, S. A. O rural nas políticas públicas do Brasil contemporâneo. In: MIRANDA, C.(org.). **Tipologia regionalizada dos espaços rurais brasileiros: implicações no marco jurídico e nas políticas públicas [recurso eletrônico]**. Brasília: IICA, 2017. p. 337-481, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

LAUBSTEIN, F. C. A ruralidade ontem e hoje: uma análise do rural na contemporaneidade. **Revista Aurora**, v. 4, n. 2, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

MENEZES NETO, J. B. Reflexões sobre os espaços rurais: caminhos para o desenvolvimento



rural brasileiro. **Revista Rural & Urbano**, Recife. v. 02, n. 02, p. 02-25, 2017.

PESSOA, V. M.; ALMEIDA, M. M.; CARNEIRO, F. F. Como garantir o direito à saúde para as populações do campo, da floresta e das águas no Brasil? **Saúde em Debate**, v. 42, 2018. p. 302-314.

RIGOTTO R.M., CARNEIRO F.F., MARINHO A.M.C.P.; ROCHA, M.M.; FERREIRA, M.J.M.; PESSOA, V.M.; TEIXEIRA, A.C.A.; SILVA, M.L.V.; BRAGA, L.Q.V.; TEIXEIRA, M.M. O verde da economia no campo: desafios à pesquisa e às políticas públicas para a promoção da saúde no avanço da modernização agrícola. **Ciência & Saúde Coletiva**. V. 17, n. 6, 2012. pp. 1533-1542.

ROSSINI, R. E. O Rural e o Urbano/A Cidade e o Campo: Suas Relações com a Força de Trabalho e com a Terra no Estado de São Paulo e no Brasil de Ontem e de Hoje. **Revista Rural & Urbano**, Recife. v. 02, n. 01, 2017. p.134 – 150.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo, 2012.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6º ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 2014.

VEIGA, J. E. Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento. In: **Série textos para discussão**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

\_\_\_\_\_. A dimensão rural do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 12, n. 1, p. 71-94, 2004.

\_\_\_\_\_. Nascimento de outra ruralidade. **Estudos avançados**, v. 20, n. 57, p. 333-353, 2006.

WANDERLEY, M. N. B. **A ruralidade no Brasil moderno**: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. Una nueva ruralidad en América Latina, p. 31 – 44, 2001.

WANDERLEY, M. N. B.; FAVARETO, A. A singularidade do rural brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. In: MIRANDA, C.(org.) **Concepções da ruralidade contemporânea**: as singularidades brasileiras. Brasília: IICA, p. 413-473, 2013.